



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6651 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

AS FABULAÇÕES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rosane Meire Vieira de Jesus - UNEF - Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

AS FABULAÇÕES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

1 INTRODUÇÃO

De que forma a universidade pode ser atualizada durante atípico período de pandemia do novo coronavírus? Para além das assunções institucionais propostas para evitar a interrupção das atividades acadêmicas, pergunta-se: quais são as possíveis ambiências universitárias que emergem diante dessas circunstâncias de pandemia e afastamento social? Após o afastamento social, indicado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), o planeta atravessa um processo de adaptação de socialidades na inserção no seu cotidiano da presença do Covid-19 como mais um vírus limitante à existência, até a criação de uma vacina de imunização.

Para tanto, este resumo expandido apresenta uma investigação implicada que responde ao seguinte problema científico: como uma universidade pública pode fazer fabulações de si, em termos de gestão acadêmica nesse contexto de pandemia e isolamento social? Para tanto, objetiva-se compreender como essa universidade tem se organizado para regulação, planejamento, acompanhamento e (auto)avaliação institucional a fim de gerir as atividades acadêmicas em tempos de pandemia do novo coronavírus, assumindo o momento de crise humanitária mundial e buscando uma tradução dos seus regimentos, estatutos, resoluções, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto de Gestão do quadriênio 2018-2021 (ProGest), em prol do bem estar da sua comunidade, nas várias territorialidades, e da continuidade das suas atividades finalísticas – ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão.

Desde 18 de março de 2020, essa universidade está com as atividades acadêmicas suspensas, apenas com atividades de extensão e de pesquisa em funcionamento com mediação tecnológica. Após mais de cem dias, nessa situação, as suas instâncias de gestão

setorial, composta por 30 departamentos em 24 campi universitários, e administração central, têm sido demandadas pela comunidade interna e externa ao retorno do ensino de graduação e pós-graduação no ano de 2020, com utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). O que provocou, em junho, a criação de Comissão Especial no Conselho Superior Universitário (Consu) a fim de produzir documentos referenciais para tratar das ações acadêmicas, atravessadas pelas ações afirmativas e de assistência estudantil (aqui, nomeado como Documento Referencial Acadêmico - DRA).

Este documento é o *corpus* da presente pesquisa, pois, longe de tentar traduzir apenas as perspectivas da gestão da universidade, esse documento traz as ressonâncias de coletivos que compõem a Universidade, com suas expectativas, tecidas entre os jogos de performatividades de poder. Nesses agenciamentos coletivos, busca-se compreender as políticas que se desenham para possibilitar a realização das atividades acadêmicas da universidade de forma extraordinária, apesar dos receios de traição às tradições universitárias. E, para isso, volta-se para o DRA a procura de fabulações que possam ser gatilhos para a formalização do que possa vir a aparecer.

Apesar da ambição das normalizações hegemônicas de evitar acontecimentos que perturbem uma ordem dada, a conservação da mesmidade se tornou impossível, devido às contingências no âmbito da saúde pública, aparecendo um hiato nos quadros de normas. Dessa forma, essa pesquisa problematiza como esse hiato das políticas da universidade pode ser “ativo” no sentido de propor outras possibilidades de se fazer essa universidade, objetivando discutir possibilidades para a realização de ações curriculares da graduação e pós-graduação, levando em conta a compreensão das situações dos corpos docente, discente e técnicos/as.

Interessa-se ver estados de mudança no presente, capturando o instante no qual o presente já deixou de ser e ainda não é. O DRA revela uma contiguidade interna que só existe na relação das temporalidades e que, portanto, não está nem na sensação presente nem na sensação passada. O passado é apreendido em sua heterogeneidade, onde as infinitas camadas coexistem sem hierarquia. Aí está a fabulação.

A fabulação não é uma faculdade voltada para o passado, para a conservação do passado; mas uma faculdade voltada para o futuro, para a criação de novas e potentes imagens sem as quais o presente não passa. A imagem-fábula é a imagem da dobra, que instala não na ordem do tempo, mas na coexistência do passado e do futuro, com a construção da subjetividade em constante mudança. De acordo com Pimentel (2010, p. 248), “Não há sujeito igual a si mesmo porque pensamos, existimos, e vivemos no tempo; subjetividade é vir a ser, mudança, desterritorialização, repetição da diferença, o singular tornando-se múltiplo”. Fabular é, então, narrar a vida enquanto potência do vir a ser. A ideia de fabulação participa dessa pesquisa para produzir/perceber os jogos de acontecimentos produzidos por uma pluralidade de movimentos contingentes da comunidade universitária.

A plenitude que se espera na universidade, como na vida, só se mostra na falta, na falta identitária que se é constitutiva e que mobiliza a fixar sentidos e desfixar a depender das circunstâncias. Por conseguinte, é realizada uma análise crítica do discurso dos agenciamentos de subjetividades que se forjaram no DRA.

Dessa forma, esta pesquisa investiga o quanto o plano acontecimental (da experiência da pandemia) fragiliza os territórios subjetivos hegemônicos de universidade. Isto posto, a chave epistemológica pós-estrutural é acionada para esta escrita, comportando um radicalismo “outro”, que impõem a presença signíca como estruturante na construção da própria coisidade; e as criações de si transbordam os projetos identitários. Entre as discursividades negociadas nos cotidianos universitários e em outros espaços, a universidade

é forjada, engendradora às políticas públicas de educação, agências governamentais e regimentos, sem a ambição de consensualidade, muito menos, fechando em explicações totalizantes e universais, mas tendo em vista os fluxos de sentidos e significados que as permeiam.

2. (CON)TEXTOS DA PRODUÇÃO DO DRA

Tomada pelo assombro causado pela pandemia, à universidade reúne o Consu a fim de discutir as estratégias possíveis de organização/articulação da vida acadêmica. As questões suscitadas geraram em torno da total impossibilidade de retorno às atividades acadêmicas presencialmente e do imperativo uso de TDIC para o estabelecimento das relações de trabalho e das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como das políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas. Estavam posto, desde o início da decretação do isolamento social, os desafios que a universidade enfrentaria para definir os caminhos institucionais nesse contexto pandêmico.

Em meio às discussões acerca da mediação tecnológica como alternativa de retomada das atividades acadêmicas, principalmente as de ensino de graduação que incide sobre a vida de 24.596 estudantes, 2.397 docentes e 1.525 técnicos/as administrativos/as. O Conselho Universitário aprovou, após intenso debate na Câmara de Legislação e Norma (CLN) e na Câmara de Administração (CAD), a Comissão Especial, que tem a finalidade de elaborar o Documento Referencial para o desenvolvimento das ações institucionais no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão, nas ações afirmativas e na assistência estudantil.

A comissão designada para construir as orientações acadêmicas, de assistência estudantil e ações afirmativas, foi, então, composta pelas pró-reitoras das pró-reitorias de Ensino de Graduação (PROGRAD), de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), de Extensão (PROEX), de Ações Afirmativas (PROAF) e de Assistência Estudantil (PRAES); pela representação dos/as diretores/as de Departamento (03 no total); pelas representações sindicais dos/as docentes e dos/as técnicos/as administrativos (SINTEST) e pela representação do Diretório Acadêmico dos Estudantes (DCE).

Coube a comissão, o desafio de propor diretrizes/orientações para o retorno às atividades acadêmicas orientadas pela mediação tecnológica, visto a impossibilidade de contato presencial enquanto dure a pandemia. A universidade, nesse cenário, não pode ignorar o grave problema social que mantém, ainda hoje, níveis desiguais de acesso à internet, bem como a equipamentos – computadores, notebooks e smartphones adequados. O contato à distância nessa conjuntura, ao que parece, é inexorável e essa realidade se apresenta para além das necessidades acadêmicas, se constituindo em um direito dos/as estudantes a permanência e conclusão do percurso formativo. A problemática do acesso à conectividade tornou-se assim uma das questões centrais que norteou as discussões da referida comissão.

Fundamental nesse processo de construção, os pontos de vista trazidos pelas representações da gestão da universidade e pelas representações das categorias de professores, técnicos/as administrativos/as e dos/as estudantes. A tradução dessa polifonia foi expressa, num primeiro momento, através de documentos/deliberações produzidos pelas pró-reitorias, Fórum de Diretores/as, Associação de docentes, SINTEST e DCE, sobre os impactos da pandemia e os desafios de pensar essa universidade nesse momento. A metodologia de trabalho proposta, portanto, levou em conta, além desses documentos, a leitura de um texto base com reflexões iniciais sobre a universidade no contexto da pandemia. Esse texto orientou as discussões no CONSU quanto à deliberação acerca da constituição das

referidas comissões. Igualmente importante foi o levantamento realizado sobre as decisões dos conselhos superiores das universidades públicas sobre o ensino remoto e as políticas adotadas para a inclusão digital do corpo discente.

Munida desses documentos, a comissão realizou vários encontros através de uma plataforma digital e produziu o DRA que foi encaminhado a presidência do CONSU para apresentação no pleno. O processo de elaboração do documento foi muito rico, suscitando um amplo debate em torno das questões relativas ao planejamento, acompanhamento, regulação, avaliação e validação de atividades nas dimensões do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão. O interesse da comunidade acadêmica em torno das deliberações do Consu naquele momento era imensa. A reunião acontece em meio a intensa discussão promovida anteriormente pelos coletivos das categorias de professores/as, técnicos/as e estudantes. Nesse contexto, o pleno do conselho delibera por remeter o documento aos conselhos departamentais, representações sindicais e DCE para uma ampla consulta e proposições ao documento.

O DRA, apresentado à comunidade acadêmica e amplamente debatido pela base, buscou traduzir o contexto apresentado pela crise sanitária e a adaptação da universidade às contingências, intentando garantir as condições necessárias ao bem estar da comunidade acadêmica, assumindo o compromisso social da universidade, principalmente em relação ao combate a pandemia do novo coronavírus e propor ampla pesquisa diagnóstica para conhecimento das demandas da universidade.

Foi dividido em três eixos que atravessam a sua estrutura, são eles: a) princípios norteadores, assegurados pelos seus documentos institucionais que demarcam a posição inclusiva e popular dessa universidade; b) diretrizes orientadoras construídas a partir da escuta as Câmaras do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP), Conselhos Departamentais, Pró-Reitorias Acadêmicas, de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e de instâncias de representação sindical e estudantil que atentam sobre a regulamentação das atividades acadêmicas a partir do uso das TIDIC, incidindo mais fortemente nas condições de acesso aos meios digitais, bem como a manutenção e ampliação das políticas de ações afirmativas e assistências estudantil; c) por último, são apresentadas as etapas que organizam de forma estratégica as atividades acadêmicas, colocando como gatilho disparador a realização do diagnóstico de conectividade que levantará as condições de acesso às TIDIC por estudantes, professores/as e servidores/as técnicos-administrativos. Esta pesquisa diagnóstica intenta mapear as condições de vulnerabilidade social dos/as estudantes e as condições de trabalho e de saúde física e mental da comunidade acadêmica. As etapas seguintes se ocuparam da organização e oferta das atividades acadêmicas de ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão.

Decerto que o debate suscitado pelo DRA expressou pontos de vista, por vezes, divergentes, principalmente, em relação ao início das atividades de ensino de graduação, tendo em vista as incertezas quanto ao acesso à conectividade pelos/as estudantes, formação docente para o uso de tecnologias digitais e tudo o que diz respeito às novas formas e regulação do trabalho remoto. A estrutura multicampi da universidade e a composição do seu corpo discente tão profundamente marcado por vulnerabilidades sociais, decorrentes dos marcadores de raça, etnia, identidades de gênero, classe, deficiências, dentre outros, terminou por orientar a tomada de decisão sobre os pontos fundamentais que foram objeto de discussão intensa nos dois dias de realização do Conselho Universitário, provocando mudanças importantes no DRA, aprovado pelo pleno.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Partindo do princípio de que há contingências de várias ordens das práticas de significação de sujeitos localizados em contextos sociohistóricos particulares, as orientações do DRA estão contaminadas pela cultura *hacker* como alternativa inovadora no cotidiano das relações e da produção de saberes.

Como a universidade é um ambiente em que o trânsito de pessoas e o fluxo contínuo de ideias são uma constante, as diretrizes pretendem estimular a cultura *hacker* com o intuito de potencializar a convivência (não necessariamente presencial), a participação, o pertencimento e a rede para a criação e socialização de ideias. A cultura *hacker* fomenta a ampliação de seus processos criativos e o desenvolvimento da afetividade e da socialização, num contexto de troca e compartilhamento de saberes (HIMANEN, 2001), que são disputados na perspectiva micro do cotidiano, pois não se pode criar portarias e resoluções para estimular as pessoas a se tornarem *hackers*, mas disponibilizar tempo para planejar e executar projetos, realizar encontros constantes para dar visibilidade a outra forma de estar na instituição, incentivar a atrelar aos projetos institucionais os projetos de vida e proporcionar a produtividade em rede como realização profissional.

Através da pesquisa exploratória, tem-se o conhecimento da situação dos/as professores/as, estudantes e técnicos/as administrativos/terceirizados/as, a fim de desconstruir a ideia de que esses corpos são homogêneos e respondem da mesma forma à pandemia. Logo o DRA atenta para a importância de articular as pessoas pelas expectativas e necessidades para que a ação institucional auxilie no cumprimento às demandas articuladas. As atividades acadêmicas podem atender à diversidade de demandas (em relação à conectividade virtual e/ou presencial, bem como à disponibilidade para a presença da universidade na vida durante a pandemia) e à flexibilização de planejamento e acompanhamento. A garantia da isonomia de acesso não está na padronização da ação acadêmica e administrativa, mas na compreensão das demandas diversas e na resposta a elas de forma diversa, em que a diferença é estruturante na organização administrativa e acadêmica descentralizada e horizontalizada.

Imbuído na ideia da academia como propriedade comunitária, o isolamento profissional é evitado, com o intuito de desenvolver o trabalho colaborativo em torno da incumbência das responsabilidades de cada servidor/a e estudante. As atividades podem ser realizadas em redes virtuais, de forma articulada e com a colaboração interdepartamental, no sentido da fragilização das fronteiras entre pesquisa, extensão e ensino, do planejamento fluido para lidar com os contextos dos diversos públicos e da valorização da produtividade em detrimento do cumprimento de carga horária. Longe do prescritivo, as atividades acadêmicas podem acontecer à medida que os/as professores/as e estudantes saiam dos quadros de normas e possam acessar os territórios possíveis para se fazer nas atividades, num *continuum* de autoformação. Destarte, não é possível fazer planos fechados, fixos, sobre a formação em que se perpetuem visões de mudanças permanentes e de alcance total de objetivos traçados, como se não houvesse um terreno movente praticado ou feito por sujeitos diferentes que marcam esses espaços com suas experiências, seus saberes-fazeres. A experiência educativa é dinâmica e imprevisível, devido às condições concretas do acontecer pedagógico.

A concepção multicampi da universidade ressalta a pluralidade das territorialidades que a impacta, tornando diversa sua comunidade e práticas universitárias, diante das demandas políticas do território onde está localizada. O engajamento pessoal e coletivo de professores/as, enquanto atitude política, significa a busca constante em fazer universidade atenta para a diferença, estreitando a relação universidade e territorialidade. Essa relação torna a comunidade mais concreta, com desafios contextuais em função da região ou do local

e não podem ser enfrentados com projetos gerais e rígidos, mas na articulação dos sujeitos entre si e com os vários tipos de saberes em relação e sempre situados, sejam científicos, leigos, populares, tradicionais, urbanos, sertanejos ou/e provindos de culturas decolonizadas.

4 CONCLUSÕES

Para tanto, diante da questão de como a universidade pode fazer fabulações de si, em termos de gestão acadêmica na pandemia, o DRA expõe princípios e orientações impossíveis de seguir desassociado com a vida. O documento marca, em termos políticos e epistemológicos, o quanto todo projeto é cerceado pelos acidentes ontológicos que são irreversíveis, irreduzíveis e sem previsibilidades. Estar nesse lugar possibilita à universidade explicitar as fendas no seu tecido institucional, como a hibridização e a diferença – negadas ou excluídas pelos discursos estabelecidos. Com a intencionalidade de fortalecimento da instituição, o DRA endossa, finalmente, de forma radical e rigorosa a inclusão e a popularidade, como exercício de ser universitário, a fim de bisbilhotar outras pedagogias, outros processos de construção e de difusão de saberes e outros compromissos sociais, locais e globais.

Nessa perspectiva, o social existe como articulação de demandas para conter, de forma precária, o contingente. Como o político é ontologia do fazer social, os agenciamentos coletivos que disputaram narrativas perspectivadores de universidade são espaços-tempos nos quais a política se realiza, realizando o que se significa como tal.

REFERÊNCIAS

HIMANEN, Pekka. **A ética dos hacker**. São Paulo: Campus/Elsevier, 2001.

PIMENTEL, Mariana Rodrigues. **Fabulação**: a memória do futuro. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.